

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

**Inovação em Produtos e Serviços**

No exercício de 2019, como diferencial na comercialização dos produtos, a Bradesco Capitalização realizou promoções em parceria com a empresa Lívolo, onde os clientes que adquiriram o produto da promoção ganharam dois pontos Lívolo por cada R\$ 1,00 em títulos de capitalização. Também foi lançado o "Clube Max Pontos Bradesco", um produto exclusivo e inovador no mercado que possibilita ao cliente, além de guardar dinheiro, concorrer a sorteios semanais, podendo utilizar o valor de resgate ou sorteio do título para comprar pontos Lívolo com condições especiais.

Alinhado com os princípios de sustentabilidade e a busca da desmaterialização de serviços, foram disponibilizadas no Bradesco *Internet Banking* para os correntistas Pessoas Físicas, as correspondências sobre títulos de capitalização que antes eram enviadas fisicamente. Também foi disponibilizado o serviço de Aceite Digital Remoto. Estas melhorias estão alinhadas à mobilidade, contribuem para a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes, além da economia de recursos físicos e financeiros.

**Desempenho das Operações de Capitalização**

No exercício de 2019, a Bradesco Capitalização manteve o fortalecimento de sua participação no mercado, mantendo a liderança de faturamento com *share* de 27%, nos dados divulgados pela SUSEP, base novembro de 2019. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 6,408 bilhões (R\$ 6,146 bilhões no exercício de 2018), crescimento de 4,26%. As reservas técnicas atingiram R\$ 8,838 bilhões, tornando a Bradesco Capitalização líder em reservas no mercado de Capitalização com *share* de 28,6%. Foram sorteados R\$ 81,3 milhões de prêmios aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício de 2019 com 2,7 milhões de clientes e uma carteira de 22,2 milhões de títulos ativos.

Visando aumentar a qualidade no atendimento dos clientes, foram realizados trabalhos em conjunto com a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros, que resultou no reconhecimento da Bradesco Capitalização com o Prêmio Ouvidoria, na categoria diamante.

**Resultado do Exercício**

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2019, Lucro Líquido de R\$ 583,248 milhões (R\$ 501,681 milhões no exercício de 2018), crescimento de 16,26% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 96,29% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

**Investindo para o Futuro**

Em seus trinta e cinco anos de história, a Bradesco Capitalização tem investido sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados que atendam suas expectativas. Tudo isso aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito de guardar dinheiro e concorrer a prêmios.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo a Bradesco Capitalização a maior e uma das mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil. Além disso, tem trabalhado para fortalecer suas estratégias no mercado por meio do desenvolvimento de novos negócios.

No exercício de 2019, foram concentrados esforços no desenvolvimento das plataformas sistêmicas com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés na desmaterialização, digitalização e integração com a arquitetura do Banco Bradesco.

**Gestão de Riscos**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas

no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos no vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

**Controles Internos**

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. A Bradesco Capitalização realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

**Compliance**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para atendimento aos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. A Área de *Compliance* atua na captação, divulgação e devido acompanhamento para assegurar a aderência às regulamentações aplicáveis. Em complemento, monitora o atendimento às demais solicitações providas dos reguladores, de forma que sejam atendidas tempestivamente.

O acultamento constante dos funcionários através de treinamentos *e-learning*s e vídeos fora reforçado com treinamentos presenciais, abrangendo temas como prevenção e combate à lavagem de dinheiro, controles internos e riscos operacionais, fortalecendo a conscientização contínua sobre esses temas.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, aprimorando os controles existentes de monitoramento, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

**Governança de Dados e Segurança da Informação**

Alinhada com as novas regulamentações nacionais que abrangem o tema, e reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade, segurança e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes, o Grupo Bradesco Seguros tem dado ênfase especial à governança de dados e segurança da informação.

**Premiações**

No exercício de 2019, a Bradesco Capitalização recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Campeã na categoria "Capitalização", no prêmio Estádio Finanças Mais, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo em parceria com a agência de classificação de risco *Austin Rating*; e
- Destaque no anuário Valor 1000, promovido pelo jornal Valor Econômico. A empresa ficou em primeiro lugar nos critérios "Lucro Operacional", "Lucro Líquido" e "Mais Rentáveis sobre o Patrimônio".

**Agradecimentos**

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 04 de fevereiro de 2020

**Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.947.215</b>	<b>2.025.617</b>
Disponível		10	847
Caixa e bancos		10	847
Aplicações	4	1.871.507	1.916.874
<b>Crédito das operações de capitalização</b>	<b>5</b>	<b>16.979</b>	<b>20.835</b>
Crédito das operações de capitalização		16.979	20.835
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>4.103</b>	<b>2.761</b>	
Outros créditos operacionais		4.103	2.761
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>54.117</b>	<b>83.675</b>	
Créditos tributários e previdenciários	7a	54.046	83.644
Outros créditos		71	31
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>499</b>	<b>625</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.226.731</b>	<b>7.354.282</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>8.168.757</b>	<b>7.309.515</b>
Aplicações	4	8.135.343	7.236.014
Títulos e créditos a receber		33.387	73.501
Depósitos judiciais e fiscais	14v	33.387	73.501
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>27</b>	<b>-</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>3.849</b>	<b>3.849</b>
Outros investimentos		3.849	3.849
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>8</b>	<b>1.243</b>	<b>1.073</b>
Bens móveis		533	232
Outras immobilizações		710	841
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>9</b>	<b>52.882</b>	<b>39.845</b>
Outros intangíveis		52.882	39.845
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.173.946</b>	<b>9.379.899</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.168.449</b>	<b>8.539.073</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>328.716</b>	<b>350.159</b>
Obrigações a pagar	10	24.585	33.304
Impostos e encargos sociais a recolher		2.257	2.827
Encargos trabalhistas		491	550
Impostos e contribuições	11	301.383	313.478
<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>546</b>	<b>522</b>
Débitos operacionais		546	522
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>12</b>	<b>1.416</b>	<b>1.437</b>
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>13</b>	<b>8.837.771</b>	<b>8.186.955</b>
Provisão para resgates		8.686.514	8.028.554
Provisão para sorteios		60.939	60.805
Provisão administrativa		90.318	97.596
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>180.918</b>	<b>102.468</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>147.893</b>	<b>69.760</b>
Outras contas a pagar		363	355
Tributos diferidos	7b	147.530	69.405
<b>Outros débitos</b>	<b>14iv</b>	<b>33.025</b>	<b>32.708</b>
Provisões judiciais		33.025	32.708
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15</b>	<b>824.579</b>	<b>738.358</b>
Capital social		417.276	637.276
Redução de capital (em aprovação)		-	(220.000)
Reservas de lucros		134.356	201.108
Ajuste de avaliação patrimonial		272.947	119.974
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.173.946</b>	<b>9.379.899</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>805.930</b>	<b>804.299</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		6.407.861	6.145.562
Variação da provisão para resgate		(5.601.931)	(5.341.263)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>7.278</b>	<b>7.746</b>
Resultado com sorteio		(75.033)	(71.349)
<b>Custo de aquisição</b>	<b>19(a)</b>	<b>(35.358)</b>	<b>(44.461)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>19(b)</b>	<b>106.642</b>	<b>48.933</b>
Outras receitas operacionais		111.080	63.791
Outras despesa operacionais		(4.438)	(14.858)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>19(c)</b>	<b>(80.558)</b>	<b>(93.286)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>19(d)</b>	<b>(51.457)</b>	<b>(40.346)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>19(e)</b>	<b>282.925</b>	<b>334.437</b>
Receitas financeiras		932.358	852.353
Despesas financeiras		(649.433)	(517.916)
<b>Resultado operacional</b>		<b>960.369</b>	<b>945.973</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		<b>(42)</b>	<b>(15.588)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>960.327</b>	<b>930.385</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>19(f)</b>	<b>(230.564)</b>	<b>(236.259)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>19(f)</b>	<b>(145.811)</b>	<b>(191.829)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(704)</b>	<b>(616)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>583.248</b>	<b>501.681</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>309.373</b>	<b>309.373</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>1.885,26</b>	<b>1.621,61</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>960.327</b>	<b>930.385</b>
<b>Ajustes para:</b>		
- Depreciações e amortizações	7.586	17.771
- Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	-	(3.848)
- Despesas antecipadas	99	(575)
- Variações das provisões técnicas	5.562.936	5.344.552
- Provisão para riscos sobre créditos	(2)	(3.174)
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	42	20.011
- Variações monetárias	582.302	426.898
<b>Lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>7.113.290</b>	<b>6.732.020</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais (aumento)/redução:</b>		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(277.177)	(79.437)
- Créditos das operações de capitalização	3.856	(15.735)
- Títulos e créditos a receber	79.120	(53.912)
- Outros créditos operacionais	(1.342)	(2.725)
- Contas a pagar	(16.755)	(70.176)
- Débitos das operações de capitalização	24	89
- Depósitos de terceiros	(21)	698
- Provisões técnicas - capitalização	(5.441.185)	(5.092.603)
- Outros débitos	(62.366)	1.139
<b>Caixa consumido pelas operações</b>	<b>(5.715.846)</b>	<b>(5.312.662)</b>
Imposto de renda sobre o lucro pago	(228.856)	(204.574)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(176.760)	(167.170)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>991.828</b>	<b>1.047.614</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
- Aquisição de títulos disponíveis para a venda	(2.684.570)	(1.932.324)
- Alienação/venimentos e juros de títulos disponíveis para a venda	2.362.740	1.829.665
- Aquisição de imobilizado	(42)	(146)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(20.407)	(17.572)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(342.665)</b>	<b>(120.377)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
- Efeitos de incorporação	-	526
- Redução de capital	-	(220.000)
- Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(650.000)	(707.000)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(650.000)</b>	<b>(926.474)</b>
<b>(Redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(837)</b>	<b>763</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	847	84
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	10	847
<b>(Redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(837)</b>	<b>763</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento/(redução) de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>385.000</b>	-	<b>77.000</b>	<b>329.427</b>	<b>1.974</b>	-	<b>793.401</b>
Aumento (redução) de capital:							
AGE de 29/06/2018 (Nota 01)	-	252.276	-	-	15.215	-	267.491
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT Nº 7.192 de 27/08/2018	252.276	(252.276)	-	-	-	-	-
AGE de 29/11/2018	-	(220.000)	-	-	-	-	(220.000)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	102.785	-	102.785
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 1.064,82 por ação)	-	-	-	(329.427)	-	-	(329.427)
Dividendos pagos (R\$ 1.220,45 por ação)	-	-	-	-	-	(377.573)	(377.573)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	501.681	501.681
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	6.455	117.653	-	(124.108)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>637.276</b>	<b>(220.000)</b>	<b>83.455</b>	<b>117.653</b>	<b>119.974</b>	-	<b>738.358</b>
Aumento (redução) de capital:							
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT Nº 1.198 de 11/01/2019	(220.000)	220.000	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	152.973	-	152.973
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 380,30 por ação)	-	-	-	(117.653)	-	-	(117.653)
Dividendos antecipados (R\$ 1.623,76 por ação)	-	-	-	-	-	(502.347)	(502.347)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 96,97 por ação)	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	583.248	583.248
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	50.901	-	(50.901)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>417.276</b>	-	<b>83.455</b>	<b>50.901</b>	<b>272.947</b>	-	<b>824.579</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)**
**1 Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 4 de fevereiro de 2020.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

**a. Base de preparação**

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a apresentar de maneira segregada no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, os montantes relativos a aquisição e alienação/juros de aplicações financeiras classificadas na categoria “disponível para venda”, reproduzindo também tais efeitos aos números comparativos de 31 de dezembro de 2018. Tal alteração está sendo realizada para melhor apresentação, não havendo alterações no montante total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos em nenhum dos períodos apresentados.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 14 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

**e. Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

**(i) Disponível e Equivalentes de Caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

**(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

**(v) Determinação do valor justo**

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Títulos Públicos**

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Título privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/markação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

**Fundos Imobiliários**

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

**Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

**(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

**(vii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**(viii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

**f. Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**g. Intangível**

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

**h. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

**i. Provisões técnicas**

A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros. A metodologia de cálculo consiste na projeção do valor presente esperado das despesas dos sorteios futuros e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao sorteio dos pagamentos futuros dos títulos.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizada a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

**j. Carregamento dos principais produtos**

Processo SUSEP	Carregamento		
	Tipo	2019	2018
15414.900860/2019-79	PU	8,46%	-
15414.901272/2019-52	PU	8,46%	-
15414.901281/2019-43	PU	8,90%	-
15414.901273/2019-05	PU	12,42%	-
15414.900003/2018-98	PU	12,42%	12,42%
15414.901363/2017-26	PM	12,78%	12,78%
15414.900061/2014-98	PM	7,81%	7,81%
15414.004839/2008-98	PM	9,81%	9,81%
15414.901053/2016-21	PM	10,52%	10,52%
15414.003682/2003-79	PM	8,05%	8,05%

**k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**l. Benefícios a empregados**
**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadorias**
**Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

**m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**n. Resultado**

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos não reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

**CPC 48 – Instrumentos Financeiros**

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva da IFRS17 de Contratos de Seguros.

**CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

**IFRS17 – Contratos de Seguros**

A IFRS17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis

continua

avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 e IFRS17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e portanto a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

### 3 Gerenciamento de riscos

#### a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

#### Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

#### b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o cálculo do capital regulatório bem como de enviar estudos de precificação de novos produtos.

#### Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

#### Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

#### Resultados da análise de sensibilidade

Para o cenário de sensibilidade é demonstrado o impacto no resultado da Companhia em função de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Caso houvesse variação na taxa de juros em 1 (um) ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo, o impacto no resultado e patrimônio líquido em virtude de constituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA), após impostos, seria de (R\$ 460) no exercício de 2019 e de (R\$ 137) no exercício de 2018.

#### c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

#### Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2019			
	AAA	AA	Sem rating	Total
<b>Ativos financeiros - Rating</b>	<b>1.828.969</b>	<b>2.423</b>	<b>36.962</b>	<b>1.868.354</b>
Título de renda fixa público	1.689.623	-	-	1.689.623
Título de renda fixa privado	139.346	2.423	36.962	178.731
<b>Disponíveis para a venda</b>	<b>8.135.343</b>	<b>3.153</b>	-	<b>8.138.496</b>
Título de renda fixa público	8.131.854	-	-	8.131.854
Título de renda fixa privado	3.489	3.153	-	6.642

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos do Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

#### d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

#### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta.

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	6.896	20.136
Fluxo de 0 a 3 meses	2.085.557	1.936.629
Fluxo de 3 a 12 meses	204.822	4.381.908
Fluxo de 12 a 60 meses	7.094.249	3.366.964
Fluxo acima de 60 meses	1.360.055	-
<b>Total</b>	<b>10.751.579</b>	<b>9.705.637</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

#### Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

#### e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

#### Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

#### Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

#### Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

#### Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos	114.489	4,57%
Taxa Pré-fixada de 1 ano	0,50%	0,50%
Cupom de IPCA de 1 ano	0,50%	0,50%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes, em 31 de dezembro de 2019:

Exercício	Fatores de riscos			
	Taxa de Juros em reais	Índices de preços	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2019	(544)	(158)	(702)	(680)
Definição	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços		

#### f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

#### Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

#### Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

#### g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

#### h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

#### 4 Aplicações

##### a. Resumo da classificação das aplicações

	2019	%	2018	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>1.868.354</b>	<b>18,67</b>	<b>1.591.177</b>	<b>17,38</b>
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.868.354	18,67	1.591.177	17,38
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>8.138.496</b>	<b>81,33</b>	<b>7.561.711</b>	<b>82,62</b>
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	5.236.757	52,33	4.065.489	44,42
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	2.895.097	28,93	3.419.032	37,35
Títulos de renda fixa - Debêntures	3.489	0,04	41.443	0,45
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	3.153	0,03	2.483	0,04
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro	-	-	33.264	0,36
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>10.006.850</b>	<b>100,00</b>	<b>9.152.888</b>	<b>100,00</b>

##### b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2019					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>46.878</b>	<b>8.971</b>	<b>25.180</b>	<b>1.787.325</b>	<b>1.868.354</b>	<b>1.864.834</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	195	1.662.821	1.663.016	1.662.990
Letras financeiras de emissores privados	-	8.971	24.985	34.960	68.916	68.924
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	46.221	46.221	44.003
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	28.247	-	-	-	28.247	28.247
Notas do tesouro nacional	-	-	-	26.607	26.607	26.302
Debêntures	-	-	-	16.716	16.716	15.737
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	14.210	-	-	-	14.210	14.210
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	4.421	-	-	-	4.421	4.421
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>3.153</b>	-	-	<b>8.135.343</b>	<b>8.138.496</b>	<b>7.683.586</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.236.757	5.236.757	4.936.755
Letras do tesouro nacional	-	-	-	2.895.097	2.895.097	2.734.414
Debêntures	-	-	-	3.489	3.489	7
Fundos de investimentos imobiliários	-	-	-	3.153	3.153	12.410
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>50.031</b>	<b>8.971</b>	<b>25.180</b>	<b>9.922.668</b>	<b>10.006.850</b>	<b>9.548.420</b>

	2018					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>31.660</b>	<b>11.539</b>	<b>232.988</b>	<b>1.314.990</b>	<b>1.591.177</b>	<b>1.586.004</b>
Letras financeiras do tesouro	-	554	-	984.416	984.970	984.941
Letras do tesouro nacional	-	-	213.906	199.633	413.539	410.036
Letras financeiras de emissores privados	-	10.420	19.082	45.947	75.449	75.404
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	51.314	51.314	50.247
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	18.930	-	-	-	18.930	18.930
Notas do tesouro nacional	-	-	-	18.360	18.360	18.110
Debêntures	-	565	-	15.320	15.885	15.606
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	12.730	-	-	-	12.730	12.730
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>161.543</b>	<b>34.459</b>	<b>129.695</b>	<b>7.236.014</b>	<b>7.561.711</b>	<b>7.361.756</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	4.065.489	4.065.489	3.955.429
Letras do tesouro nacional	159.060	34.024	129.695	3.096.253	3.419.032	3.324.307
Debêntures	-	-	-	41.443	41.443	36.452
Letras financeiras do tesouro	-	435	-	32.829	33.264	33.255
Fundos de investimentos imobiliários	-	-	-	2.483	2.483	12.313
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>193.203</b>	<b>45.998</b>	<b>362.683</b>	<b>8.551.004</b>	<b>9.152.888</b>	<b>8.947.760</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

##### c. Cobertura das provisões técnicas

	2019	2018
<b>Total das provisões técnicas</b>		

	2018		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.365.465	6.708.758	8.074.223
(+) Aplicações	1.987.125	1.932.324	3.919.449
(-) Resgates	(2.015.265)	(2.484.007)	(4.499.272)
(+) Rendimentos (resultado renda fixa nota 19e)	107.577	654.342	761.919
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	171.307	171.307
(+) Saldo de incorporação (nota 21b)	146.275	578.987	725.262
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>1.591.177</b>	<b>7.561.711</b>	<b>9.152.888</b>

**f. Desempenho**

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2019, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 164,79% no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 3,90%, IGPM 6,54% e 8,82% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

**5 Crédito das operações de capitalização**

	2019	2018
Títulos de capitalização – pagamento único	3.336	6.487
Títulos de capitalização – pagamento mensal	13.643	14.348
<b>Total</b>	<b>16.979</b>	<b>20.835</b>

**6 Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizados nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista, não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI (Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia), realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de reais por dólar comercial buscamos mitigar riscos da variação de preço a esta moeda. Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de investimento da Companhia, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

Em 31 de dezembro de 2019 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ 4 (R\$46 em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrativo abaixo:

**i. Valor dos instrumentos financeiros derivativos**

	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Contratos futuros</b>			
Compromissos de compra:	20.025	4	4
Mercado interfinanceiro	20.025	4	4
<b>Total</b>	<b>20.025</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Contratos futuros</b>			
Compromissos de compra:	282.842	65	65
Mercado interfinanceiro	282.842	65	65
Compromissos de venda:	174.861	(19)	(19)
Mercado interfinanceiro	174.861	(19)	(19)
<b>Total</b>	<b>457.703</b>	<b>46</b>	<b>46</b>
<b>Valor líquido total</b>	<b>107.981</b>		

**a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimentos**

	2019			
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - futuros	4	4	100	4
<b>Total do ativo (A)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>4</b>

	2018				
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - futuros	65	65	100	-	65
<b>Total do ativo (A)</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>65</b>
Ajuste a pagar - futuros	(19)	(19)	100	(19)	-
<b>Total do passivo (B)</b>	<b>(19)</b>	<b>(19)</b>	<b>100</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>
<b>Efeito Líquido (A-B)</b>	<b>46</b>	<b>46</b>		<b>(19)</b>	<b>65</b>

**b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência**

	2019		
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros	366	19.659	20.025
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>19.659</b>	<b>20.025</b>

	2018		
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros	175.476	282.228	457.704
<b>Total</b>	<b>175.476</b>	<b>282.228</b>	<b>457.704</b>

**7 Ativos e passivos fiscais**

**a. Créditos tributários e previdenciários**

	2019		2018	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Impostos a compensar	54.046	54.046	83.644	83.644
<b>Total</b>	<b>54.046</b>	<b>54.046</b>	<b>83.644</b>	<b>83.644</b>

**b. Tributos diferidos**

	2019		2018	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Créditos tributários diferidos (c-1)	(43.443)	(43.443)	(16.755)	(16.755)
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	190.973	190.973	86.160	86.160
<b>Total</b>	<b>147.530</b>	<b>147.530</b>	<b>69.405</b>	<b>69.405</b>

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

**(i) Créditos tributários diferidos**

	2019			
	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	7.553	26.742	-	34.295
Provisões para contingências cíveis	783	-	(601)	182
Provisões para contingências trabalhistas	192	492	-	684
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.627	-	-	7.627
Outros	600	85	(30)	655
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>16.755</b>	<b>27.319</b>	<b>(631)</b>	<b>43.443</b>

	2019			
	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	5.463	262	(77)	1.905
Provisões para contingências cíveis	298	391	-	94
Provisões para contingências trabalhistas	3	31	(3)	161
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	20.067	-	(12.440)	7.627
Outros	835	156	(534)	143
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>26.666</b>	<b>840</b>	<b>(13.054)</b>	<b>16.755</b>

**(ii) Obrigações fiscais diferidas**

	2019		
	Saldo em 2018	Constituição	Saldo em 2019
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	79.981	101.982	181.963
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	6.179	2.831	9.010
<b>Total</b>	<b>86.160</b>	<b>104.813</b>	<b>190.973</b>

	2018		
	Saldo em 2017	Constituição	Saldo em 2018
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	1.316	78.665	79.981
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	6.122	57	6.179
<b>Total</b>	<b>7.438</b>	<b>78.722</b>	<b>86.160</b>

**d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	1.933	1.144	3.077
2021	1.448	854	2.302
2022	1.307	771	2.078
2023	1.215	717	1.932
2024 em diante	21.403	12.651	34.054
<b>Total</b>	<b>27.306</b>	<b>16.137</b>	<b>43.443</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 40.376 (R\$ 15.101 em 31 de dezembro de 2018) referente a diferenças temporárias.

**8 Imobilizado**

	2019			
	Saldo em 2018	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2019
Bens móveis	232	428	(127)	533
Outras imobilizações	841	-	(131)	710
<b>Total</b>	<b>1.073</b>	<b>428</b>	<b>(258)</b>	<b>1.243</b>

	2018			
	Saldo em 2017	Aquisição (*)	Depreciação	Saldo em 2018
Bens móveis	174	180	(88)	232
Outras imobilizações	977	-	(136)	841
<b>Total</b>	<b>1.151</b>	<b>180</b>	<b>(224)</b>	<b>1.073</b>

(\*) Inclui R\$1 saldo de incorporação (nota 21b)

**9 Intangível**

	2019			
	Saldo em 2018	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 2019
Sistema de computação	39.845	20.365	(7.328)	52.882
<b>Total</b>	<b>39.845</b>	<b>20.365</b>	<b>(7.328)</b>	<b>52.882</b>

	2018			
	Saldo em 2017	Aquisição/(Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 2018
Sistema de computação	59.831	(2.439)	(17.547)	39.845
<b>Total</b>	<b>59.831</b>	<b>(2.439)</b>	<b>(17.547)</b>	<b>39.845</b>

(\*) Inclui a baixa de (R\$ 20.011), relativo a projetos descontinuados.

**10 Obrigações a pagar**

	2019	2018
Partes Relacionadas	4.645	5.612
Fornecedores	1.345	11.025
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	651	710
Participação nos lucros a pagar	625	556
Renovações a regularizar	5	14.353
Outras obrigações	17.314	1.048
<b>Total</b>	<b>24.585</b>	<b>33.304</b>

**11 Impostos e contribuições**

	2019	2018
Imposto de renda	178.774	163.230
Contribuição social	119.564	146.915
COFINS	2.619	2.867
PIS	426	466
<b>Total</b>	<b>301.383</b>	<b>313.478</b>

**12 Depósito de terceiros**

	2019				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	Até 181 a 365 dias	Total	Até 30 dias
Valores a reclassificar – Capitalização	812	409	195	1.416	1.437
<b>Total</b>	<b>812</b>	<b>409</b>	<b>195</b>	<b>1.416</b>	<b>1.437</b>

**13 Provisões técnicas**

**a. Composição**

	2019	2018
Provisão matemática para capitalização	7.747.564	7.153.034
Provisão para resgates	938.950	875.520
Provisão para sorteios a realizar	36.526	41.690
Provisão para sorteios a pagar	24.413	19.115
Provisão para despesas administrativas	90.318	97.596
<b>Total</b>	<b>8.837.771</b>	<b>8.186.955</b>

**b. Movimentação das provisões técnicas**

	2019	2018
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>8.186.955</b>	<b>7.054.293</b>
(+) Constituições (resgates e sorteios)	5.669.675	5.404.866
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.441.185)	(5.092.603)
(-) Baixa de títulos prescritos	(41.343)	(40.555)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(65.396)	(19.759)
(+) Atualização monetária e juros	529.065	431.302
(+) Saldo de incorporação (nota 21b)	-	449.411
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>8.837.771</b>	<b>8.186.955</b>

**14 Provisões judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$7.818 (R\$672 em 31 de dezembro de 2018), para os processos cíveis e R\$156.711 (R\$151.555 em 31 de dezembro de 2018), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kirtan Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R\$156.550 (R\$151.533 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

**(ii) Processos trabalhistas**

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". É notório que as horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetutados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(iii) Passivos contingentes**

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$7.818 (R\$672 em 31 de dezembro de 2018), para os processos cíveis e R\$156.711 (R\$151.555 em 31 de dezembro de 2018), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kirtan Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R\$156.550 (R\$151.533 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

**(iv) Processos cíveis**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

(\*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.  
 (\*\*\*) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.  
 (\*\*\*\*) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).  
 (\*\*\*\*\*) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

**17 Benefícios a empregados**

**Planos de Previdência Complementar**

A contribuição para os planos durante o exercício de 2019 totalizou R\$274 (R\$664 em dezembro de 2018), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$31.066 (R\$32.897 em dezembro de 2018), sendo: benefícios concedidos R\$25.473 (R\$24.617 em dezembro de 2018), benefícios a conceder R\$5.593 (R\$8.280 em dezembro 2018). Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

**18 Transações e saldos com partes relacionadas**

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	46.878	31.691	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii).....	1	-	4.306	3.757
BSP Affinity Ltda.(c) (empresa ligada) (iii).....	-	-	330	330
Nível S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	5	1.520
Chain Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	-	5
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	4	-
<b>Total</b> .....	<b>46.879</b>	<b>31.691</b>	<b>4.645</b>	<b>5.612</b>
	<b>Receita</b>		<b>Despesa</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii).....	-	-	(40.375)	(42.750)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (iv).....	-	-	(532)	(775)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	-	-	(1.036)	(455)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii).....	-	-	(3.960)	(3.960)
Banco Bradesco Cartões S.A. (empresa ligada) (vi).....	-	-	-	(890)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda (empresa ligada) (vi).....	-	-	-	(89)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(44)	(223)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(33)	(53)
Scopus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	-	(44)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(3.254)	(2.900)
Nível S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(8.338)	(11.572)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (v).....	-	-	(943)	(817)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(33)	-
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(58.548)</b>	<b>(64.528)</b>

- Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escurais.
- O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
- Refere-se a aluguel.
- Refere-se à serviços de assistência 24 horas, Call Center, assistência médica, alimentação e programa de pontos e TI.
- Refere-se a custos de aquisição.
- Remuneração do pessoal-chave da Administração**  
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2019, foi determinado o valor máximo de R\$84 para a remuneração dos Administradores.
- Outros**  
A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração.

**19 Detalhamento das contas de resultado**

**a. Custo de aquisição**

	2019	2018
Despesas de custeamento de venda.....	(33.326)	(39.445)
Despesas de corretagem.....	(710)	(1.418)
Outros custos de Aquisição.....	(1.322)	(3.598)
<b>Total</b> .....	<b>(35.358)</b>	<b>(44.461)</b>

**b. Outras receitas e despesas operacionais**

	2019	2018
Receita com resgate antecipado.....	65.396	19.759
Receita com baixa de títulos prescritos.....	41.343	40.555
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis.....	1.562	(985)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(1.659)	(10.396)
<b>Total</b> .....	<b>106.642</b>	<b>48.933</b>

**DIRETORIA**

Jorge Pohlmann Nasser	Diretor- Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente
Américo Pinto Gomes	Diretor Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor Gerente
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Juliano Ribeiro Marçílio	Diretor
Gedson Oliveira Santos	Diretor

Bernardo Ferreira Castello  
Atuário - MIBA nº 1717

Getúlio Antônio Guidini  
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Bradesco Capitalização S.A.**

**Barueri - SP**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**c. Despesas administrativas**

	2019	2018
Despesas com pessoal próprio.....	(25.800)	(27.291)
Ordenados.....	(14.827)	(15.266)
INSS/FGTS.....	(5.066)	(5.380)
Planos de previdência privada (nota 17).....	(274)	(664)
Honorários da Administração.....	(119)	(81)
Outras.....	(5.514)	(5.900)
Despesas com localização e funcionamento.....	(21.281)	(31.471)
Despesas com serviços de terceiros.....	(14.426)	(14.051)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(12.838)	(12.114)
Despesas com donativos e contribuições.....	(4.728)	(6.180)
Despesas administrativas diversas.....	(1.485)	(2.179)
<b>Total</b> .....	<b>(80.558)</b>	<b>(93.286)</b>

**d. Despesas com tributos**

	2019	2018
Despesas com COFINS.....	(33.970)	(32.201)
Despesas com PIS.....	(12.098)	(5.233)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(1.889)	(2.186)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(3.500)	(726)
<b>Total</b> .....	<b>(51.457)</b>	<b>(40.346)</b>

**e. Resultado financeiro**

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa (nota 4e).....	922.837	847.468
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	6.159	714
Atualização monetária de créditos tributários.....	3.287	4.170
Receitas com títulos de renda variável - dividendos e juros sobre o capital próprio.....	5	1
Outras receitas financeiras.....	70	-
<b>Subtotal</b> .....	<b>932.358</b>	<b>852.353</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária das provisões técnicas.....	(529.065)	(431.302)
Atualização monetária de provisões judiciais.....	(62.683)	(480)
Despesas com títulos de renda fixa (nota 4e).....	(57.001)	(85.549)
Tributação sobre operações financeiras.....	(121)	(11)
Outras despesas financeiras.....	(563)	(574)
<b>Subtotal</b> .....	<b>(649.433)</b>	<b>(517.916)</b>
<b>Total</b> .....	<b>282.925</b>	<b>334.437</b>

**f. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	2019	2018
<b>Impostos diferidos</b>		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	23.859	(12.271)
<b>Subtotal</b> .....	<b>23.859</b>	<b>(12.271)</b>
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(400.234)	(415.817)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(376.375)</b>	<b>(428.088)</b>

**20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	2019	2018
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>960.327</b>	<b>930.385</b>
(-) JCP.....	(30.000)	-
<b>Resultado ajustado</b> .....	<b>930.327</b>	<b>930.385</b>
Adições.....	75.207	12.189
Exclusões.....	(9.386)	(6.658)
<b>Lucro tributável</b> .....	<b>996.148</b>	<b>935.917</b>
Tributos de renda.....	(398.459)	(421.163)
Tributos diferidos.....	23.859	(12.271)
PAT.....	97	93
Incentivos fiscais.....	4.354	5.706
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos.....	(6.226)	(453)
<b>Total tributos</b> .....	<b>(376.375)</b>	<b>(428.088)</b>
<b>Alíquota efetiva</b> .....	<b>40,46%</b>	<b>46,01%</b>

**21 Outras informações**

**a. Relatório do Comitê de Auditoria**

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 7 de fevereiro de 2020, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**b. Incorporação da Kirton Capitalização S.A.**

Em junho de 2018 ocorreu a incorporação do acervo líquido da Kirton Capitalização S.A., composto por todos os seus direitos e obrigações, na data-base de 31 de maio de 2018, efetuada com base no valor patrimonial contábil de acordo com laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil efetuado por empresa especializada.

A incorporação da empresa ligada Kirton Capitalização S.A. foi realizada com objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção daquela sociedade.

Em decorrência, o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado, em 15 de junho de 2018, entre a Bradesco Capitalização e a Kirton Capitalização, estabeleceu o aumento do patrimônio líquido da Bradesco Capitalização no montante de R\$ 267.491, sendo (i) R\$ 252.276 levado à conta de capital social, mediante emissão de 82.221 ações ordinárias, em decorrência da incorporação do patrimônio líquido da Kirton Capitalização S.A.; (ii) R\$ 15.215 correspondente ao ajuste a valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda".

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de fevereiro de 2020

**KPMG** KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da**

**BRADESCO Capitalização S.A.**

**CNPJ: 33.010.851/0001-74**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, registradas nas demonstrações contábeis, pelos demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e nos demonstrativos do capital mínimo e na análise de solvência.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis, os demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 26 de fevereiro de 2020  
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP  
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo